

série ESPIRITIZAÇÃO

Aylton Guido Coimbra Paiva

ESPIRITISMO

E

POLÍTICA

V

fOuVeA

M 3006

QO

AYLTON GUIDO COIMBRA PAIVA

ESPIRITISMO

E

POLÍTICA

2.a edição

1985

ESPIRITISMO E POLÍTICA

2.a edição – 4.º ao 6.º milheiro

janeiro de 1985

11 a edição: setembro de 1982)

Copyright 1985 by

DICESP – Divulgação Cultural Espírita S/C Editora

Rua Itororó, 111 – CGC 58.268.228/0001-47

11.100 – Santos – SP – Brasil

Direitos deste livro cedidos pelo autor à DICESP

Composição e Impressão – Gráfica A Tribuna

Santos

Impresso no Brasil

2ª edição

1985

”O texto de Espiritismo e Política será base para pesquisas, debates e seminários, abrindo um quadro amplo para a reflexão de como o espiritismo pode e deve atuar no campo político e social. Sem comprometer-se com legendas ou partidos, mas intervindo a nível de idéias, o espiritismo está apto a contribuir para a equação de soluções consistentes aos angustiantes problemas gerados pelo progresso, pela urbanização e pelo contingente humano que estagia no planeta, em busca soluções definitivas. Neste livro, Aylton Paiva traz sua parte, o esforço de seu pensamento. Abre, com isso, uma nova frente para a participação espírita no social, no político”.

MEUS AGRADECIMENTOS A

Prof.a Augiistinha Luiz Marra do Rio Campo.

dedicada confreira, pela paciente revisão
e adequação da linguagem.

Maria Enij Rossetini Paiva, amada esposa, pelas
apreciações e sugestões

doutrinárias:

Karen e Fabiano, queridos filhos.

pela compreensão que tiveram

ao tirar-lhes momentos de convívio io

para que este filho também

pudesse nascer.

*A todos aqueles que acreditam no Espiritismo
como uma doutrina de libertação
e crescimento espiritual e estão
preocupados com a
aplicação de seus
princípios na
sociedade
humana.*

"Para nós, a política é a ciência de criar o bem de todos e nesse princípio nos firmaremos."

Deputado dr. Adolfo Bezerra de Menezes

(Citado por Freitas Nobre em discurso, publicado no Diário do Congresso Nacional, Seção I, n.º 98, de 29/08/81).

ÍNDICE

Apresentação

Espiritismo e Política

Adoração a Deus como Forma de Participação do
Homem na Sociedade

O Trabalho Segundo o Espiritismo

Entendimento Espírita sobre a Reprodução

A Conservação sob a Análise Espírita

O Enfoque Espírita da Destruição

A Sociedade na Perspectiva Espírita

A Conceituação do Progresso na Doutrina Espírita

Espiritismo e Igualdade

Espiritismo e Liberdade

A Justiça, o Amor e a Caridade na Filosofia
Espírita

O Aprimoramento do Ser Humano na Ética
Espírita .

A Ação Social Espírita

Participação Política do Espírita

Bibliografia e Referências

APRESENTAÇÃO

Quando se pensa em política, pressupõe-se, quase sempre e apenas, a atividade partidária, a disputa de cargos eletivos, dentro do esquema da conquista do poder. Todavia, o fato político é muito mais abrangente. Ele compreende todas as atividades de relações humanas, de coordenação dos recursos e atendimento das necessidades das coletividades.

Dentro dessa perspectiva, justifica-se claramente a inquietação sobre as expectativas que podem advir da interpretação do fato político, a partir das concepções espíritas. Allan Kardec, na última parte de "A Gênese" analisa as contribuições espíritas para a renovação social e afirma, em outras e várias oportunidades, que a destinação final do espiritismo é influir na sociedade, para modificá-la.

Isso significa que a Doutrina pretende, ao longo de sua contribuição, intervir no político, uma vez que a renovação social implica num com-

plexo filosófico e prático, este pela modificação do quadro de relações, legislação e de toda a estrutura de poder.

"O Livro dos Espíritos", de Allan Kardec, dentro desse conceito, pode ser considerado um livro político, porque abrange, abarca, analisa não apenas o ser como ser, mas enquanto homem, isto é, ligado a uma realidade existencial e a uma contingência atual, viva, que é a sociedade. Se se preocupa com assuntos transcendentais, como Deus e a essência espiritual do homem, dedica longo trecho à compreensão dos fatores morais, que estão na base das ligações mais profundas no relacionamento humano.

Hoje ninguém mais aceita teorias que isolem o homem do mundo. Este é o local onde está a coletividade espiritual, enquanto encarnada e o governo dos bens e das condições em que o indivíduo e a coletividade vivem, as posições de dominação e submissão, o poder e o arbítrio, a liberdade e a participação, são indissociáveis das necessidades da criatura. A prova disto é a informação de que, no plano extrafísico, o homem desencarnado elabora também propostas políticas, na organização de comunidades transitórias, com estruturas de poder.

A Codificação do espiritismo foi entregue a Allan Kardec, um homem que viveu intensamente um período decisivo para o futuro da humani-

dade. Não se pode esquecer que foi na metade do século 19, quando apareceu "O Livro dos Espíritos", que se deram os passos marcantes para a definição da estrutura biológica e social do homem. Cabia ao espiritismo a tarefa de redefini-lo espiritualmente. Deveria fazê-lo – e o fez – de maneira que pudesse enfrentar a argumentação experimental da ciência e do materialismo e superasse o florilégio inconsistente do espiritualismo religioso.

Para os que têm uma visão ampla da contribuição de Allan Kardec, é meridiano que ele conseguiu a difícil proeza de apresentar o homem dentro de uma dimensão em que, sem desprezar a tradição espiritualista, ao contrário reforçando-a contrapõe-se, com dados e com lógica, ao simplismo biológico. Conseguiu o Codificador a síntese entre as teses niilistas do materialismo e as posições alienantes da religião. Mostrando-o como o agente ativo da modificação do ambiente, autoaperfeiçoando-se, para criar uma sociedade mais justa e adequada ao desenvolvimento de suas potencialidades, o espiritismo conseguiu redefinir o homem e sua relação com o mundo. com o alargamento de fronteiras da vida estendem-se os limites das potencialidades da criatura.

Essa concepção do homem e de sua relação com o mundo precisa ser transferida para a ação política, social. Para isso impõe-se a reflexão dos

postulados espíritas a fim de compatibilizá-lôs com as realidades sociais. Por tudo isso e porque é preciso falar ao mundo, à sociedade, numa linguagem apropriada e mostrar as fases mais importantes do pensamento espírita, o trabalho de Ailton Paiva se apresenta como uma proposta desafiadora. Nela temos as bases para o desenvolvimento de outras contribuições e análises dos problemas humanos, a partir de uma visão política e social espírita. O autor fez uma síntese do pensamento kardecista, englobando as teses defendidas pelo Codificador e pelos Espíritos Superiores acerca das formas do comportamento social do homem, no passado, no presente e no futuro.

O texto será base para pesquisas, debates e seminários, abrindo um quadro amplo para a reflexão de como o espiritismo pode e deve atuar no campo político e social. Sem comprometer-se com legendas ou partidos, mas intervindo a nível de idéias, o espiritismo está apto a contribuir para a equação de soluções consistentes aos angustiantes problemas gerados pelo progresso, pela urbanização e pelo contingente humano que estagia no planeta, em busca de soluções definitivas. Neste livro, Ailton Paiva traz sua parte, o esforço de seu pensamento. Abre, com isso, uma nova frente para a participação espírita no social, no político.

Jaci Régis

16

ESPIRITISMO E POLÍTICA

Haverá alguma relação entre Espiritismo e Política?

Esta é uma pergunta que em muitos lugares temos lido e para a qual há sempre uma resposta negativa: Espiritismo nada tem a ver com Política. No entanto, tais respostas apressadas muitas vezes, vazadas em preocupante tom de que seja até "um pecado", são frutos de desinformação e de preconceitos consagrados.

Sob o *aspecto filosófico*, o Espiritismo tem a ver e muito com a Política, já que esta deve ser *arte de administrar a sociedade de forma justa*

Em sua obra básica, O *Livro dos Espíritos*, o Espiritismo consagra 405 questões, ou seja, da pergunta n.º 614 à 1018, para tratar das Leis de *Adoração, Trabalho, Reprodução, Conservação Destruição, Sociedade, Progresso, Igualdade, liberdade e Justiça, Amor e Caridade*. Tais questões envolvem, portanto, o homem no seu relacionamento com o *Criador* da vida, com o *planeta*

em que vive, com seus *semelhantes*, com as *sociedades* de que participa.

Logo, sob o aspecto filosófico, o Espiritismo apresenta normas políticas.

O que não se deve, nem se pode, é confundir essa visão política com a política partidária, ou seja, a política aplicada que os homens devem exercitar nos núcleos, nas agremiações partidárias.

Tais partidos são resultantes de ideologias, de objetivos, de programas, de estatutos estabelecidos em agrupamentos de determinados homens que visam, de uma forma ou de outra, realizar *normas políticas ideais*, ou seja, pretendem a execução na *sociedade* dos princípios, das normas apresentadas filosoficamente pela política.

Assim, jamais o Espiritismo, como Doutrina, e o Movimento Espírita, como prática, poderão dar guarida a um partido político em seu seio, por exemplo: Partido Social Espírita, Partido Espírita Cristão, etc.

Porém, as implicações dos princípios e normas políticas contidas na Terceira Parte – *Das Leis Morais* – de *O Livro dos Espíritos*, codificado por Allan Kardec, são muito amplas e profundas na sociedade humana.

Por isso, o espírita deve ser consciente e lúcido na compreensão dessas normas e princípios, a fim de que sua participação na sociedade seja consentânea com tal visão política, e que, neces-

sariamente, impõe exercitar a Justiça, o Amor e a Caridade.

Esse entendimento é necessário ao espírita, pois, conscientemente ou não, ele tem uma prática política, considerando-se que a própria participação na sociedade é uma participação política.

O homem, por sua natureza, é um ser social: associa-se aos seus semelhantes para criar os bens necessários ao seu desenvolvimento.

Dentre esses bens, alguns lhe são garantidos pelo agrupamento doméstico, outros são colocados em disponibilidade por outras instituições, também por ele criadas, a fim de satisfazerem suas necessidades de natureza social, econômica, cultural e religiosa, como a escola, a empresa, o clube, a Igreja, etc.

Daí a afirmação de Aristóteles: "O Homem é um animal Político".

O Espiritismo demonstra, também, em sua obra básica, já citada, a necessidade da participação do homem na sociedade, pois o homem tem que progredir, e isolado ele não tem condições disso, já que seu progresso depende dos bens que lhe são oferecidos pela família, pela escola, pela religião e demais agências sociais. Por isso os homens dependem uns dos outros, foram criados para viver em sociedade e não isolados.

Assim, as pessoas, as famílias e as instituições

sociais necessitam da paz baseada na justiça, na ordem e na segurança e de condições para a realização do bem comum. Para tanto, os homens associam-se em entidades mais amplas, gerando a sociedade política, personificada no Estado que, desta forma, se torna o responsável pelo *bem de todas as pessoas*.

Ação Espírita e Política

Para progredir, o homem precisa da sociedade. O progresso não é o mesmo para todos, então os mais adiantados devem ajudar o progresso dos outros por meio do contato social.

Esse auxílio, essa participação é uma *ação política*, embora possa não ser (e na maioria das vezes não o é) uma ação político-partidária. Para o espírita, essa ação política deve ser sempre inspirada nos princípios expressos pelo aspecto filosófico do Espiritismo, que o levam a amar e, nesse caso, Amar é desejar o bem; logo, a exteriorização política do amor é a expressão do querer bem e do agir para o bem de todos.

Alerta-nos o Espiritismo que o progresso intelectual realizado até o presente, em larga escala, é um grande avanço e assinala uma primeira fase de desenvolvimento da humanidade, sendo impotente, porém para regenerá-la. Enquanto o homem estiver dominado pelo orgulho e pelo egoísmo ele

utilizará sua inteligência e seus conhecimentos para satisfazer suas paixões e seus interesses pessoais, não se importando em prejudicar seu semelhante e até mesmo destruí-lo.

Somente quando, através do progresso moral, o homem dominar o orgulho e o egoísmo, ele poderá ampliar sua felicidade na Terra, podendo, então, desfrutar da paz e da fraternidade.

Isso só será possível quando os homens considerarem que, como irmãos, devem-se auxiliar mutuamente e não o forte e poderoso explorar e viver às custas do mais fraco (*ver A Gênese*, Allan Kardec, Cap. xviii, item 18 e 19).

Na mesma obra, Allan Kardec revela os caracteres daqueles que devem participar da estruturação de uma sociedade justa e amorosa: "Cabendo-lhes fundar a era do progresso moral, a nova geração se distingue por inteligência e razão geralmente precoces, juntas ao sentimento inato do bem a crença espiritualista, o que constitui sinal indubitável de certo grau de adiantamento anterior. Não se comporá exclusivamente de espíritos eminentemente superiores, mas dos que, já tendo progredido, se acham *predispostos a assimilar todas as idéias progressistas e aptos a secundar o movimento de regeneração*". (C. N.)

Conseqüentemente, a ação política dos bons é um imperativo na hora atual. *O Espiritismo*

Grifos nossos

apresenta conceitos claros e precisos para essa atuação. "A nova geração marchará, pois, para a realização de todas as idéias humanitárias compatíveis com o grau de adiantamento a que houver chegado. Avançando para o mesmo alvo e realizando seus objetivos, o Espiritismo se encontrará com ela no mesmo terreno. Aos homens progressistas se deparará nas idéias espíritas poderosa alavanca e o Espiritismo achará, nos novos homens, espíritos inteiramente dispostos a acolhê-lo". (*A Gênese*)

"O Espiritismo não cria a renovação social; a madureza da humanidade é que fará dessa renovação uma necessidade. Pelo seu *poder moralizador*, por suas *tendências progressistas*, pela *amplitude de suas vistas*, *pelas generalidades das questões que abrange*, o Espiritismo é mais apto do que qualquer outra doutrina a secundar o movimento de regeneração; por isso, é ele contemporâneo desse movimento. Surgiu na hora em que podia ser de utilidade, visto que também para ele os tempos são chegados, (in *a Gênese*, Allan Kardec – g.n.)

Da análise dos conceitos expostos surge clara a estimulação do Espiritismo à participação no processo político, social, cultural, econômico, de modo a secundar o movimento de regeneração da sociedade humana em bases de justiça e amor.

Para tal ação é imprescindível que se tome

conhecimento dos princípios e normas da Doutrina Social Espírita, contida em *O Livro dos Espíritos*, em sua Terceira Parte.

ADORAÇÃO A DEUS COMO FORMA
DE PARTICIPAÇÃO DO
HOMEM NA SOCIEDADE

De conformidade com o conceito espírita de adoração, Deus prefere os que o adoram do fundo do coração, com sinceridade, *fazendo o bem e evitando o mal*, aos que julgam honrá-lo com cerimônias que não os tornam melhores para com os seus semelhantes.

Para se fazer o bem e evitar o mal é necessário que o homem seja participante da sociedade em que vive, através de ações que preservem os próprios direitos naturais, como, também, dentro de suas possibilidades, defenda os direitos naturais do seu semelhante.

Obviamente de nada vale a adoração exterior manifesta em rituais e posturas falsas, se o comportamento da pessoa motiva-se pelo egoísmo, orgulho, vaidade e prepotência.

A adoração a Deus, no conceito espírita, tem uma ação política dentro da sociedade, ou de forma mais ampla, no planeta em que se vive: *fazer o bem e evitar o mal*.

Para fazer o bem e evitar o mal é necessário procurar extinguir o orgulho, a inveja, o egoísmo, vaidade e a prepotência, não só de si mesmo, como também das instituições e grupos sociais.

Tal conceito de adoração a Deus leva não só à reforma íntima, ou seja, à auto-educação da pessoa como à *reforma* da sociedade em seus padrões de egoísmo e orgulho, em nome dos quais se justificam as desigualdades e as injustiças.

O Espiritismo não apresenta um conceito de adoração fundamentado na submissão passiva e medrosa ao Criador.

Há religiões que se constituem em instrumentos dos poderosos do mundo para a manipulação das massas, de conformidade com seus interesses pessoais ou dos grupos a que pertencem.

A submissão é de suma importância para tais religiões e o maior "pecado" é a desobediência.

Esse tipo de religião destaca e insiste na fraqueza e impotência do homem diante do seu criador. Ao mesmo tempo, revela a importância e a necessidade de seres intermediários (sacerdotes e ministros) entre ele e o Criador, fundamentando, assim, toda força e poder da classe sacerdotal. Esta, então, alegando poder divino, poderá manipular a massa como bem entender: a benefício de si própria ou dos poderosos a que geralmente se liga.

O posicionamento de submissão cria no

homem a dependência total à autoridade, renunciando à sua capacidade de *amar* e *raciocinar*.

Essa atitude psicológica pode ser transferida, e geralmente o é, para a submissão absoluta ao Estado, ao partido, à "raça superior", ao "povo eleito". A felicidade pessoal é sacrificada a ideais, como a vida eterna, a vida espiritual, o futuro da espécie humana, o estado socialista ideal.

As idéias passam a ser fins em si mesmas e não meios para o homem ser feliz. Os fins justificam todos os meios e em nome desses fins as elites religiosas ou governamentais manobram os que a elas se submetem.

O Espiritismo ajuda na compreensão das limitações humanas e na proteção divina, nunca apelando a uma submissão castradora, de inibição às potencialidades humanas. Pelo contrário, demonstra que a oração, ao aproximar a criatura do Criador, constitui-se numa possibilidade de estudo de si mesma. As boas ações são as melhores preces, por isso valem os atos mais que a palavra de pessoas cujos atos as desdizem.

Ser religioso significa principalmente entender a si e ao seu semelhante, amando-o e amando-se ("ama o teu próximo como a ti mesmo").

Segundo o Espiritismo, o valor de uma religião, filosofia ou seita, está em promover o crescimento, a força, a liberdade àqueles que a seguem ou professam.

Se uma religião através de seus conceitos inibe a razão e o amor em suas diferentes formas e expressões, revelando, apenas, aspectos tristes da vida, conduzindo o homem ao desprezo de si mesmo, impondo uma contemplação improdutiva, não tem valor (Questão n.º 657 do L. E.). Para o espiritismo, não fazer o bem já é um mal, pois o ser humano se realiza quando é produtivo no bem.

Em *O Livro dos Espíritos*, Allan Kardec insiste quanto à melhor forma de agradar a Deus e os espíritos indicam sempre que isso se faz através da ação no bem, pela produtividade no amor ao semelhante. Mesmo no ato exterior da adoração, revelam a atitude psicológica que o determina, demonstrando a diferença entre a adoração autêntica e a hipocrisia, o agir de forma egoística e a ação motivada pelo amor.

Também indicam que a extensão da prece ou a sua frequência de nada valem se a pessoa apresenta um mau caráter, se é ciosa, invejosa, impertinente, sem benevolência e indulgência e até viciada. Dizem os espíritos que o necessário não é orar muito, mas orar bem. Não adianta fazer da prece uma forma de preencher tempo vazio, ao invés de fazerem dela uma forma de *estudo de si mesmas*, (ver Questão n.º 660 do L.E.).

O espírita, pois, não deve temer a auto-análise, nem a crítica, porque sabe que a melhor

maneira de se aperfeiçoar é conhecer-se a si mesmo; que, quando erra, não ofende a Deus, apenas *produz reações de efeitos corretivos* em si mesmo, quando esse erro não for contrabalançado pela sua ação no bem no mesmo campo. Portanto, por seus erros, o homem não é um pobre pecador, fraco e desprezível; é, na verdade, um ser que ainda está aprendendo viver harmoniosamente com as leis do amor e desenvolvendo progressivamente sua razão.

Por isso, o conceito espírita de adoração infunde um profundo respeito pela Vida, uma permanente indagação sobre o universo e o homem um intrínseco amor pelo semelhante. Estimula sempre o aperfeiçoamento e o progresso da pessoa e da sociedade, através da solidariedade.

Conseqüentemente, no conceito de adoração a Deus expresso pelo Espiritismo, há todo um comprometimento de participação na sociedade, reiteradamente manifestado pelos espíritos a Allan Kardec.

Assim, vemos claramente tal ligação: Deus, Homem e Sociedade na questão n.º 657 de *O Livro dos Espíritos*.

"Têm, perante Deus, algum mérito os que se consagram à vida contemplativa, uma vez que nenhum mal fazem e só em Deus pensam?"

– Não, porquanto, se é certo que não fazem o mal, também o é que não fazem o bem e são

inúteis. Demais, *não fazer o bem já é um mal*. Deus quer que o homem pense nele, mas não quer que só nele pense, pois que lhe *impôs deveres* a cumprir na Terra. Quem passa todo o tempo na meditação e na contemplação nada faz de meritório aos olhos de Deus, porque vive uma vida toda pessoal e inútil à humanidade e Deus lhe pedirá contas do bem que não houver feito”, (g.n.)

Da mesma forma, a atitude comodista e passiva, expressa pela omissão diante dos problemas humanos em estruturas sociais injustas e materialistas é por eles reprovada. Pois o comodista ainda que não pratique o mal, dele se aproveita.

Portanto, o espírita para não ser omissivo e assim indiretamente aproveitar-se do mal, deve se esforçar para que o conceito espírita de adoração a Deus seja efetivamente aplicado na sociedade humana, de forma conveniente, oportuna e adequada, em consonância com a própria Ética ou Moral Espírita.

O TRABALHO SEGUNDO O ESPIRITISMO

"O trabalho é lei da Natureza, por isso mesmo que constitui uma necessidade, e a civilização obriga o homem a trabalhar mais, porque lhe aumenta as necessidades e os gozos". Assim orientam os Espíritos na questão n.º 674 de *O Livro dos Espíritos*.

Advertem, ainda, na questão seguinte, da mesma obra que: ". . . o Espírito trabalha, assim como o corpo. *Toda ocupação útil é trabalho*". (g. n.). O termo trabalho denomina toda atividade realizada pelo homem, seja intelectual ou manual. Por isso, é trabalho humano toda atividade que o homem tem capacidade de fazer e possui aptidão para isso, conforme sua natureza.

Ensina o Espiritismo que o trabalho se impõe ao homem por ser consequência de sua própria natureza corpórea. Pode ser um instrumento de expiação, mas essencialmente é um meio de desenvolvimento da inteligência. Para satisfazer suas necessidades básicas: alimentação, segurança

e bem-estar, o homem tem que trabalhar, o que o impulsiona ao progresso intelectual.

Portanto, o trabalho é uma forma de profunda participação do homem no mundo em que vive, e, especificamente, na sociedade de que faz parte.

Ao trabalhar o homem cria e, conseqüentemente, torna-se um agente ativo do Supremo Criador; revela-se como um *co-criador dentro da vida*. Independentemente da sua natureza, o trabalho, traz em si mesmo a dignidade que deve ser respeitada, jamais servindo de motivo à humilhação ou à exploração.

Todas as pessoas, dentro de suas possibilidades, tomam parte na edificação daquilo que se chama civilização. Através dessa participação é que o homem desenvolve sua inteligência.

Trabalho: Desenvolvimento Pessoa

É como pessoa, como espírito eterno e imortal, que o homem está sujeito ao trabalho. O trabalho deve servir, pois, a que o homem possa desenvolver-se intelectual e moralmente.

Essa é a visão espírita do trabalho e também a visão cristã. Constitui postulado da Doutrina Social Espírita, como o é da Doutrina Social Cristã.

O elemento de valoração do trabalho não é o tipo do trabalho humano que se realiza, mas o fato de ser a pessoa que realiza o trabalho com a necessidade de desenvolver suas potencialidades de conhecimento e amor.

Conclui-se, pois, que o trabalho é para o homem e não o homem para o trabalho, afastando assim, moralmente, toda forma de exploração do homem pelo trabalho para satisfazer o interesse econômico. O ser humano jamais poderá ser reduzido a "instrumento de trabalho".

A civilização cria multiplicidades de trabalhos; nenhum deles, porém, poderá servir como meio de exploração do homem com o objetivo do lucro, nem ferir sua dignidade como ser humano. Quando isso acontece, surge a pobreza e a marginalização, evidenciando flagrante injustiça social.

A Doutrina Espírita denuncia, de forma veemente, tal situação. Esclarece que, todo aquele que tem o poder de mandar é responsável pelo excesso de trabalho que imponha aos que lhe são subordinados, abusando da autoridade e transgredindo as leis de Deus.

Na mesma situação encontra-se aquele que não explora com excesso de trabalho, mas suga as energias do trabalhador com o pagamento irrisório de salários, muitas vezes burlando a própria legislação trabalhista acolhida em todos os países civilizados.

é preciso que se reconheça a participação do homem através do trabalho na sociedade, criando o bem comum, aumentando o patrimônio da grande família humana. Por isso, dessa socie-

dade ele deve participar de maneira justa e criativa, jamais dela podendo ser marginalizado.

A sociedade deve ser organizada de forma a que todos possam trabalhar e os que estão doentes ou impossibilitados ao labor recebam *desta* mesma sociedade os meios necessários à sua subsistência de maneira justa e digna.

Não adianta dizer ao homem que ele tem o dever de trabalhar; é preciso que a sociedade ofereça-lhe a oportunidade do trabalho, o que nem sempre acontece.

O trabalho é um dos alicerces sobre o qual se levanta o núcleo familiar e para sua constituição, pois este exige as condições de subsistência: habitação, alimentação, vestuário, educação e lazer.

Além disso, o trabalho desenvolve no seio da família uma ação educativa de zelo, respeito, responsabilidade, carinho, enfim de amor.

Observamos que o trabalho é uma obrigação, um dever, mas também fonte de direitos para o trabalhador; direitos esses consagrados, atualmente, pela Declaração dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas – ONU.

É óbvio que a sociedade deve propiciar ao homem o direito de trabalhar, bem como educá-lo para que se equilibre entre a produção e o consumo, a fim de que não seja transformado em ins-

trumento do lucro ou mera engrenagem despersonalizada na máquina de produção estatal.

A dimensão social e espiritual do homem não pode ser inibida enquanto trabalhador. - O trabalho é seu instrumento de progresso social e espiritual. É um componente de sua dinâmica evolutiva.

O Espiritismo valoriza o trabalho como uma ação social e espiritual, pois o homem dele participa com seu corpo e espírito, não importando seja a atividade chamada manual ou intelectual. Portanto, nenhum homem, em boas condições físicas e mentais, pode ser alijado do trabalho.

Considerando-se o trabalho, é indispensável que se analise também o repouso. O descanso é condição indispensável à recuperação das forças físicas e refazimento das energias mentais.

Portanto, é desumano e só pode resultar de uma sociedade injusta, a necessidade de ter o homem, muitas vezes, mais de um emprego, sem condição do repouso necessário, a fim de prover a própria subsistência e a da família. Assim ele se embrutece e se transforma em um robô de produção agrícola, industrial ou num dente da grande máquina da comercialização.

Atualmente, o Direito do Trabalho estabelece a necessidade do descanso, de forma remunerada.

Não pode o espírito transigir a tais princí-

pios, seja como empregador ou como empregado. Qualquer tipo de burla será a negação dos princípios espirituais pelos quais o Espiritismo visualiza o trabalho como indeclinável atividade humana.

Se os espíritos orientaram que o limite do trabalho é o limite das forças, é óbvio que esse *limite das forças* não está ao arbítrio do empregador ou do doador de trabalho, pois o egoísmo humano teria amplo campo de exploração do homem pelo homem, até a exaustão.

Através dos recursos das ciências médicas, sociológica, psicológica, as legislações trabalhistas fixam, com relativo equilíbrio, a proporcionalidade entre o trabalho e o descanso.

No entanto, é indispensável que esses direitos estabelecidos pela legislação social dos povos e proclamados por entidades como Organização das Nações Unidas, Organização Internacional do Trabalho, sejam respeitados e defendidos por empregadores e empregados e devidamente tutelados pelos Estados.

O espírita, colhendo a informação sobre a Lei do Trabalho em *O Livro dos Espíritos* deve estar atento a que tais princípios doutrinários, acolhidos pela legislação trabalhista, sejam aplicados e respeitados.

ENTENDIMENTO ESPIRITA SOBRE A REPRODUÇÃO

A reprodução dos seres vivos é uma lei da Natureza sem a qual o mundo corporal desapareceria.

Todavia, em sua participação na vida e na sociedade, muitas vezes, o homem precisa reger e controlar a reprodução da própria espécie e mesmo dos animais e vegetais. Entenderia o Espiritismo ser contrário à lei da Natureza o aperfeiçoamento das raças, animais e das espécies vegetais pela Ciência?

O entendimento espírita, lançado em *O Livro dos Espíritos*, é incisivo no sentido de que tudo deve ser feito para se chegar à perfeição. Além do mais, esclarece ser o homem instrumento de que Deus se serve para atingir seus fins. Se a perfeição é o fim a que tende a Natureza, ajudar a atingir essa perfeição é proceder de conformidade com as leis divinas.

Evidencia-se, assim, que o ser humano deve ter uma participação no fenômeno da reprodução

objetivando a perfeição, não se confundindo isso com intervenções científicas que visem única e exclusivamente o benefício material, seja do lucro fácil ou da satisfação de interesses egoísticos.

Os Espíritos observam que o homem, mesmo agindo sob o impulso do egoísmo, realiza seu progresso, pois está desenvolvendo a inteligência.

Em sua participação política na sociedade, o espírita não poderá perder de vista o aspecto ético ou moral da questão.

Informa a Doutrina Espírita que tudo o que embaraça a Natureza em sua marcha é contrário à lei de Deus, porém será válida a ação humana que, usando a inteligência, vise disciplinar, harmonizar e concorrer para o aperfeiçoamento do homem.

Encontramos na Questão n.º 693 de *O Livro dos Espíritos*: "Deus concedeu ao homem, sobre todos os seres vivos, um poder de que ele deve usar, sem abusar. Pode, pois, regular a reprodução, de acordo com as necessidades. Não deve opor-se-lhe sem necessidade. A ação inteligente do homem é um contrapeso que Deus dispôs para restabelecer o equilíbrio entre as forças da Natureza e é ainda isso o que o distingue dos animais, porque ele obra com conhecimento de causa. Mas, os mesmos animais também concorrem para a existência desse equilíbrio, porquanto o instinto de destruição que lhes foi dado faz com que, pro-

vendo à própria conservação, obstem ao desenvolvimento excessivo, quiçá perigoso, das espécies animais e vegetais de que se alimentam.”

O homem em sua participação política, ou seja, em sua ação na sociedade, deve agir para o equilíbrio da própria espécie, como da vida que o circunvolve, pois tudo ele deve fazer para chegar à perfeição e ele é um instrumento do qual Deus também se serve.

No entanto, o ser humano ainda é imperfeito e, muitas vezes, age apenas para satisfazer seus instintos e impulsos obstando a reprodução apenas para satisfazer a sensualidade. O Espiritismo demonstra que isso revela a predominância do corpo sobre a alma.

É evidente, no entanto, que esse conceito não colide com o planejamento familiar, o qual ajuda o homem a assumir a prole com responsabilidade e zelo, componentes indeclináveis do amor.

O controle da reprodução não pode visar à satisfação de prazeres egoísticos, seja em termos de exploração da sexualidade no ser humano, seja pelo risco de desequilibrar a natureza, em função do lucro fácil e exorbitante.

Casamento e Divórcio

A reprodução no ser humano está ligada à tutela do casamento.

Os Espíritos, na já citada obra, dão o casamento como um progresso alcançado pela humanidade. Ao mesmo tempo exortam que sua abolição seria um retrocesso à vida animal.

Na análise dessa questão, Allan Kardec esclarece que no estado natural há a união livre e ocasional dos sexos. O surgimento do casamento representa um dos primeiros progressos da sociedade humana, pois estabelece a solidariedade fraterna.

O casamento é uma instituição que deve ser defendida e preservada pelo que apresenta de importante e necessário ao aprimoramento do ser humano no desenvolvimento do Amor.

O espírita, de forma individual, e o Movimento Espírita, de maneira coletiva, precisam estar atentos à defesa dos fundamentos morais que preservam a nobre e elevada instituição do casamento. A título de liberdade levantam-se vozes que pregam a sexualidade irresponsável, rebaixando a relação sexual humana ao nível do instinto, como se tal envolvimento físico-psíquico-emocional-sentimental fosse tão simples e fisiológico como matar a sede ou saciar a fome.

A ação espírita de preservação dos laços de família não pode ficar limitada às quatro paredes do Centro Espírita, mas deve ser uma participação na sociedade. Para isso utilizará os meios e instrumentos lícitos e morais, associando-se a

outras instituições e organizações que tenham o mesmo objetivo.

Assim poderá se contrapor à onda avassalante de sensualidade que varre os órgãos de comunicação, como a televisão, a revista, o jornal, o cinema, o teatro e que mantém a mulher apenas como um objeto sexual, sob a aparência de libertação.

Também considera o Espiritismo que a indissolubilidade do casamento é uma lei humana contrária à própria Natureza.

O casamento não pode ser uma prisão e que apenas para manter aparências justifique sua continuidade.

É evidente que a separação do casal não tem respaldo em objetivos egoísticos, exteriorizados no sensualismo ou no interesse econômico, pois o convívio é necessário ao desenvolvimento do Amor entre o casal e para com os filhos.

Nesse sentido, o relacionamento sexual no ser humano não é mero instrumento de satisfação de um instinto, nem pura justificativa do meio de reprodução. É acima de tudo elevada forma de exteriorização do amor em que, além da troca de sensações físicas, desdobram-se elevadas permutas de energias psíquicas.

O Espiritismo não justifica o celibato nem a poligamia. Quanto ao primeiro exorta: os que agem assim por egoísmo infringem as leis de Deus

e ludibriam o mundo em que vivem. Tal não se dá, no entanto, com os que se encontram nesse estado por serviço à humanidade, caso em que é meritório. A poligamia é um costume humano cuja abolição representa verdadeiro progresso, pois o casamento deve se fundamentar na afeição entre os seres e não apenas na sensualidade.

Também não se justifica a poligamia ao arrepio da lei em que, numa aparente monogamia, o ser humano fere a dignidade e o respeito ao seu cônjuge, buscando às escondidas outro parceiro, num comportamento de falsidade, mentira e hipocrisia.

O espírita deve dignificar o sexo, preservar o casamento e defender sua constituição onde e quando necessário.

A CONSERVAÇÃO SOB A ANÁLISE ESPÍRITA

Todos os seres vivos possuem o instinto de conservação, qualquer que seja o grau de inteligência, pois a vida é necessária ao aperfeiçoamento dos seres. Por isso a Terra produz de modo a proporcionar o necessário aos que a habitam, visto que só o necessário é útil. O supérfluo nunca o é (v. Questão n.º 704 de *O Livro dos Espíritos*).

O homem ainda não aprendeu a retirar do solo apenas o que lhe é necessário. Sua ganância, traduzida pelo desejo de lucro fácil, leva-o a dilapidar o patrimônio do qual o Senhor da vida permitiu-lhe o usufruto. Destrói sem maiores preocupações florestas imensas, polui as fontes e os rios, contamina os mares. Isso em nome do progresso que, na verdade, mascara a sanha egoística de pessoas e grupos que colocam os próprios interesses acima do bem-estar da própria humanidade. O Espiritismo apresenta reflexões sobre Economia e Agricultura. Ensinamentos simples,

porém profundos que só os cegos pela ambição e pelo egoísmo podem desprezar.

O ser humano ainda é imprevidente, pois não sabe regradar o seu viver. A terra produziria sempre o necessário, se com o necessário o homem soubesse se contentar. Muitas vezes ele a torna árida e estéril em virtude de sua imperícia e da exigência do máximo de produção para satisfazer seu apetite econômico.

com relação aos meios de subsistência, observou Allan Kardec que a muitas pessoas falta o indispensável, embora estejam cercadas pela abundância. Qual seria a causa? O Espiritismo indica claramente tratar-se do egoísmo do homem que não faz o que lhe cumpre no campo da justiça. Também a outros faltam os meios de subsistência por sua própria incúria e imprevidência.

Ao lado da abundância, no supérfluo, falta o necessário à massa humana dos marginalizados na sociedade. Nela encontramos a carência, a doença, a falta de habitação, a escassez de vestuário, a ausência de instrução e o trabalho subhumano. Essa massa contrasta com a minoria que detém o poder econômico. Tal é a situação em muitas partes do planeta, no chamado Terceiro Mundo. Também o Brasil ainda apresenta esse aspecto social, na periferia dos grandes centros urbanos e nas regiões sócio-econômicas menos desenvolvidas.

Há, porém, pessoas que devem a própria miséria à indolência e à irresponsabilidade. Contudo, mesmo nesses casos, há que se indagar de seu histórico psico-social, sua saúde física e mental, bem como a pressão econômica que suporta

Embora a civilização amplie as necessidades, ela também aumenta as fontes de trabalho e os meios de viver. A Ciência e a Tecnologia vêm aumentando progressivamente a produção dos bens e à medida que se aplique a justiça social a ninguém faltará o necessário.

Esclarece o Espiritismo que para todos há um lugar ao sol, mas com a condição de que *cada um ocupe o seu lugar e não o dos outros.*

A Natureza não pode ser responsável pelos *defeitos da organização social*, nem pelos efeitos da ambição e do egoísmo. *O uso dos bens da terra é um direito de todos.*

Segundo *O Livro dos Espíritos*, na Questão n.º 711. "O uso dos bens da Terra é um direito de todos os homens. Esse direito é conseqüente da necessidade de viver".

No entanto, nas organizações sociais injustas a maioria dos homens é impedida do uso dos bens da terra por aqueles que não só usam tais bens como, ainda, os dilapidam no gasto supérfluo. Não respeitam o limite das necessidades que a Natureza traçou.

Aqueles que açambarcam os bens da terra a

fim de proporcionarem para si o supérfluo, prejudicando aqueles a quem falta o necessário, infringem a Lei Divina e serão responsáveis pelas privações que houverem provocado aos outros.

Para o Espiritismo, a civilização desenvolve a moral e conseqüentemente o sentimento da caridade que induz os homens a se prestarem apoio recíproco. Aquelles que vivem à custa das privações dos outros, exploram, para si, os recursos da civilização. De civilizados têm apenas a aparência, da mesma forma que muitas pessoas de religião só têm a máscara.

Portanto, a própria lei de conservação conduz o homem à fraternidade, ao amparo mútuo. O Espiritismo não justifica aqueles que vivem da exploração do semelhante, que pretendem os benefícios da civilização só para si. Apontalhes a hipocrisia e a falsidade.

Direito ao Bem-Estar

O homem não merece censura por desejar seu bem-estar. É natural esse desejo. Ele não é condenável, desde que não seja conseguido com prejuízo do outro e não prejudique as forças físicas ou morais.

Todo ser humano *tem direito* ao bem-estar. Logo, está errada e é injusta a sociedade em que apenas alguns gozam do bem-estar. Também não

está certa para o Espiritismo a sociedade que elege padrões de felicidade em termos de consumir ("feliz é o que tem dinheiro para comprar") e não de SER (desenvolvendo sua capacidade de conhecer e amar), pois apela somente para a satisfação dos impulsos ou instintos.

Para a Doutrina Espírita não há valor na privação do bem-estar, na mortificação, no isolacionismo religioso uma vez que isso somente interessa a quem o pratica. Se tais condições impedem a pessoa de fazer o bem, elas revelam o egoísmo, seja qual for o pretexto que expressem.

O sacrifício vale quando é feito a fim de ajudar o próximo, quando nele há um conteúdo de

amor.

A Questão n.º 728 de *O Livro dos Espíritos* orienta: "Supões que se adiantam no caminho do progresso os que abreviam a vida, mediante rigores sobre-humanos, como o fazem os bonzos, os taquires e alguns fanáticos de muitas seitas? Por que de preferência não trabalham pelo bem de seus semelhantes? Vistam o indigente; consolem o que chora; trabalhem pelo que está enfermo; sofram privações para alívio dos infelizes e então suas vidas serão úteis e, portanto, agradáveis a Deus. Sofrer alguém voluntariamente, apenas por seu próprio bem, é egoísmo; sofrer pelos outros é caridade: tais os preceitos do Cristo".

Desse conceito destaca-se, claramente, a ne-

cessidade da participação ativa do homem na sociedade, a benefício de seu semelhante. Só aí justifica-se a privação, com um fim útil, expressando amor ao próximo.

O que de importante se realça é a privação, a renúncia, o sacrifício em prol do pobre, do marginalizado, do injustiçado, do enfermo a se traduzir numa ação social, uma ação política que lhe reconheça os direitos humanos.

O espírita deve, mesmo com sacrifício, agir conscientemente para que, na sociedade humana, todos tenham o necessário para o seu progresso

Sabendo que o uso dos bens da Terra é um direito de todos os homens, conforme os postulados do Espiritismo, o espírita deve participar pelos meios lícitos que tenha ao seu dispor para que esse *direito seja* indistintamente *aplicado*.

O ENFOQUE ESPÍRITA DA DESTRUIÇÃO

A destruição pode, também, ser considerada uma lei da Natureza, porque o que se chama de destruição não passa de uma transformação que tem por fim a renovação e melhoria dos seres vivos. (Veja questão n.º 728 de *O Livro dos Espíritos*).

Os Espíritos procuram mostrar o mecanismo de equilíbrio que preside tal fenômeno ao analisarem o instinto de destruição dos seres vivos como desígnios providenciais, já que as criaturas são instrumentos de que Deus se serve para atingir os fins por ele estabelecidos. Em decorrência da necessidade de alimentação, os seres vivos destroem-se reciprocamente. com isso atingem-se dois objetivos: equilíbrio e manutenção na reprodução e utilização da matéria que sofreria a destruição.

Estabelece, assim, o Espiritismo o equilíbrio entre a destruição e a conservação e o importante é que a destruição não se dê antes do tempo.

Toda destruição antes do tempo cria obstáculos ao progresso do princípio inteligente.

Observamos, então, verdadeiro jogo de forças da Natureza para, de forma geralmente sábia, manter o necessário equilíbrio entre a conservação e a destruição dos seres;

Muitas vezes esse equilíbrio é rompido quando o homem, agindo de uma forma egoísta sobre a Natureza, destrói os seres de forma inútil e desnecessária.

Quando a destruição ultrapassa os limites que a necessidade e a segurança estabelecem, aparece o domínio da materialidade sobre a natureza espiritual.

"Toda destruição que excede os limites da necessidade é uma violação da lei de Deus." (Questão n.º 735 do L. E.).

Entre as formas de destruição, encontram-se os flagelos. Será possível ao homem afastar os flagelos que o afligem?

O Espiritismo afirma ser possível isso, no entanto, esclarece que muitos flagelos resultam da imprevidência humana.

À medida que a ciência e a técnica vão progredindo, o homem vai podendo dominar os flagelos, isto é, pela pesquisa das causas ele pode prevenir-se. No entanto, há certos flagelos como terremotos, ciclones, maremotos, quedas baixíssimas de temperatura que o ser humano ainda

não pode controlar. A esses ele tem que se submeter, porem ele os agrava por sua negligência.

Há, pois, necessidade de o homem organizar a sociedade de forma a ser previdente, somando conhecimentos e experiências, encontrando a solução dos males ao remover as causas. Para isso concorrem a ciência e a técnica.

No entanto, se flagelos como inundações, epidemias, secas levam a dor e o sofrimento à grande parte das populações, é porque o egoísmo, traduzido no privilégio de minorias, impede que recursos avançados da ciência e da técnica sejam aplicados de forma a eliminar ou diminuir seus danosos e dolorosos efeitos.

Quanto aos males que escapam à sua capacidade de controle, o homem deve utilizar sua inteligência para compreendê-los cada vez mais a fim de, futuramente, conjurá-los. Deverá também usar a paciência e a compreensão para suportar-lhe os efeitos, evitando agravá-los pela revolta e negligência.

Dentre os flagelos produzidos exclusivamente pelo homem, sobreleva a guerra.

O Espiritismo diz que a guerra desaparecerá da face da Terra quando os homens compreenderem a justiça e praticarem a Lei de Deus. Nessa época, todos os povos serão irmãos. (V. Questão 743 do L. E.).

Para que haja harmonia numa sociedade

n.

50

humana é imperioso que a justiça se faça junto a cada um de seus componentes. Também para que haja paz e harmonia entre as nações, é indispensável que elas se relacionem sob o palio da justiça. Porém, a realidade, atualmente, ainda não é essa. Nações mais desenvolvidas econômica e tecnicamente procuram explorar as nações pobres. Tais nações utilizam regras do mercado internacional que lhes propiciam lucros fáceis: estabelecem preços que lhes convém; fixam barreiras alfandegárias; importam matéria-prima a preços aviltantes. Agem de maneira a manter as nações pobres em permanente dependência econômica, política e até mesmo militar.

Obviamente, enquanto perdurar tal situação, a guerra, declarada ou não, permanecerá entre os povos, pois faltará o elemento essencial à harmonia entre eles – a *justiça*, consoante a exortação dos Espíritos.

A destruição das criaturas entre si é condenável, constitui crime. Para Deus, segundo os Espíritos, o assassinio constitui grande crime, pois quem tira a vida do seu semelhante corta o fio de uma existência de expiação ou missão.

A atitude daquele que, no assalto, no roubo, no desentendimento mata o seu semelhante é tão condenável quanto à daquele que não comete crime ostensivamente, mas rouba as forças de trabalho do operário, matando-o aos poucos; que

sonega os recursos dos tributos que devem prover as necessidades das coletividades.

A destruição e a violência não se manifestam somente de forma física e ostensiva; mais terrível e perigosas elas são quando se manifestam de forma sutil e disfarçada provocando o aniquilamento e a degradação do meio ambiente em que o homem vive.

Todas as vezes que o espírita constatar a destruição da natureza em função do lucro que os sistemas econômicos exigem, deverá associar-se às vozes que clamam contra tal destruição.

Para isso dará apoio e participação ao partido político, aos movimentos ecológicos, às organizações estudantis e outras que lutam contra a destruição desregrada.

A SOCIEDADE NA PERSPECTIVA ESPÍRITA

A vida social é condição da própria natureza.

Deus criou o homem para viver em sociedade; por isso o homem é dotado dos meios de comunicação.

O homem não é um ser perfeito e completo, portanto ele precisa da união social a fim de que um possa ajudar o outro. Precisando uns dos outros, os homens foram feitos para viver em sociedade e não insulados.

Não se justifica o isolamento do homem, seja por pretensão fim religioso (asceta, ermitão, etc.), seja pelo fim egoístico de usufruir os bens materiais sem aborrecimento de ter que se relacionar com outras pessoas (residir em uma ilha, isolada, por exemplo).

Aqueles que pretendem viver em absoluta reclusão, fugindo do pernicioso contacto com o mundo, advertiram os Espíritos que incorriam em duplo egoísmo.

Toda forma de insulamento que nada produza, que seja inútil, é condenada pelo Espiritismo.

Torna-se evidente que a pessoa tem um compromisso com a sociedade em que vive. Nela deve participar, dando sua contribuição, de acordo com suas possibilidades intelectuais e sentimentais. O espírita, pelo conhecimento que tem da Doutrina Social Espírita, consubstanciada nas Leis Morais de *O Livro dos Espíritos*, tem o dever de participar ativa e conscientemente na sociedade em que vive, agindo para que os princípios expressos em tais leis se efetivem na sociedade humana.

Há uma forma de insulamento que o Espiritismo admite: os que saem do mundo para se dedicarem ao trabalho de socorrer os necessitados. Aqueles que assim agem, na verdade se elevam em seu progresso espiritual, pois adquirem duplo mérito, superam o egoísmo no gozo material e praticam o bem, obedientes à lei do trabalho.

Nesse aspecto, os Espíritos valorizam duas situações importantes: *fazer o bem e obedecer a*

lei do trabalho.

Conseqüentemente, a omissão e a ociosidade que venham a alimentar qualquer tipo de isolamento social, produzirão sempre a inutilidade, o fanatismo ou o egoísmo rotulado de

santidade.

O homem tem necessidade de progredir, de

Desenvolver suas potencialidades e isso ele só pode fazer vivendo em sociedade e é necessário que a sociedade esteja estruturada a fim de que todos que a compõem tenham tal possibilidade.

O progresso do homem, tanto em seu aspecto da vida material quanto da vida espiritual, é uma imposição do Criador da Vida. Ele necessita relacionar-se com seu semelhante para criar os bens indispensáveis ao seu aprimoramento.

Esse relacionamento social, no entanto, deve ser inspirado pelo amor entre os seres, pela fraternidade que implica no exercício da justiça.

Desses bens necessários ao seu progresso, alguns ele colhe na própria família, outros, porém, ele precisa colher em outras agências: a religião, a escola, as associações com fins culturais, artísticos, científicos, etc. Então ele poderá satisfazer suas necessidades de ordem econômica, social, cultural e espiritual.

Por outro lado, o ser humano, a família, as instituições sociais precisam de paz, justiça e segurança a fim de que todos possam progredir, sem restrições ou discriminações.

Assinalam os Espíritos que os laços de família são importantes na educação do ser humano. Amado o próximo que está mais próximo é que o homem se prepara para o exercício do amor àqueles que lhe estão mais distantes.

Advertem, ainda, que o relaxamento dos laços familiares será a recrudescência do egoísmo.

Retirando do ser humano a manifestação do amor em seu relacionamento, resta apenas o egoísmo, inclusive rebaixando a relação sexual ao puro instinto.

O amor faz com que haja a responsabilidade, o cuidado, o carinho e o zelo de um ser humano para com o outro. A família é o precioso laboratório onde se exercita e se aprimora a sublime manifestação desse sentimento.

Por isso, os fundamentos morais da família devem ser preservados, valorizando-se o sexo como meio de manifestação do amor.

O espírita deve estar atento, à vista dos conceitos espíritas sobre sexo, família, dignidade humana, para denunciar as ações e movimentos que subvertam os valores espirituais.

Conclui-se, assim, que o homem não é um ser independente. Pelo contrário, ele depende de seu semelhante ao mesmo tempo que é impulsionado ao progresso; por isso impõe-se-lhe a necessidade de aprender a amar o seu próximo e não explorá-lo física, intelectual e sentimentalmente.

Esse amor deve ser traduzido de forma concreta.

Não apenas dar esmola ao pobre e pedir-lhe paciência, acolher o velho desamparado no asilo, agasalhar a criança órfã ou abandonada, mas *agir*

rã que o *amai-vos uns aos outros* se efetive através do *direito* que todo ser humano tem de possuir o *necessário*: alimentação, vestuário, casa, saúde, trabalho, educação, lazer e desenvolvimento espiritual.

A CONCEITUAÇÃO DO PROGRESSO NA DOCTRINA ESPIRITA

O Espiritismo considera o estado natural como sendo a infância da humanidade e o seu ponto de partida para o desenvolvimento intelectual e moral.

Assegura tratar-se de um estado transitório para o homem, que dele sai em decorrência do progresso e da civilização. Esclarece, por outro lado, que a lei natural rege a humanidade inteira e o homem se aprimora à medida que melhor a compreende e pratica.

O próprio homem traz em si os impulsos que o conduzem ao progresso, porém esse progresso não é simultâneo e idêntico para todos. Por isso, aqueles que estão mais adiantados devem auxiliar o progresso dos outros, através da relação social.

Esclarecem os Espíritos que o progresso moral decorre do progresso intelectual, porém nem sempre a ele se segue.

O entendimento intelectual torna compreensível o bem e o mal. Ao desenvolver seu racio-

cínio, o ser humano adquire a faculdade de escolher. com isso ele desenvolve seu livre arbítrio o que lhe aumenta a responsabilidade dos seus atos.

O progresso é da própria condição humana, por isso o homem não pode opor-se-lhe. A ignorância e a maldade e até mesmo leis injustas, podem retardar seu desenvolvimento, mas não anulá-lo.

Quando instituições e leis se tornam incompatíveis com ele, a própria evolução geral se incumbem de aniquilar tais organizações e revogar ordenamentos anacrônicos.

Evoluções, Revoluções e Progresso

É claro que essa evolução geral é a expressão das forças conscientes e ativas que não se submetem à maldade gerada pela ignorância.

O progresso é lento, mas a humanidade, de forma geral, ou o homem, particularmente, não podem permanecer indefinidamente na ignorância porque precisam atingir os fins que lhes foram assinalados pelo Criador.

Segundo o Espiritismo, as revoluções morais, como as revoluções sociais infiltram-se nas idéias pouco a pouco. Elas como que germinam durante longo tempo e subitamente irrompem desmoronando instituições, leis e costumes do passado.

Nesse conflito entre o passado e o presente para a construção do futuro, o homem divisa ape-

nas a desordem e a confusão que lhe tocam, no momento desse ato, os interesses materiais.

No entanto, através do próprio mal. Deus cria o bem.

As revoluções morais e sociais são condições para a realização do progresso. São idéias novas conceitos novos que se chocam com os existentes, os quais já não mais satisfazem as necessidades e aspirações (v. Questão n.º 783 do L. E.).

Encontramos no comentário de Allan Kardec à Questão n.º 789 de *O Livro dos Espíritos*, esclarecimento de grande valia sociológica: "A humanidade progride, por meio dos indivíduos que pouco a pouco se melhoram e instruem. Quando estes preponderam pelo número, tomam a dianteira e arrastam os outros. De tempo a tempos, surgem no seio dela homens de gênio que lhe dão impulso; vêm depois, como instrumentos de Deus, os que têm autoridade e, nalguns anos, fa/em-na adiantar-se de muitos séculos."

Compreende-se, por tudo isso, a importância da participação dos espíritas na sociedade, de uma *forma esclarecida e consciente*. O espírita precisa conhecer os conceitos e fundamentos da Doutrina Espírita para, com os meios que lhe sejam possíveis, colocá-los na organização social em que vive.

Para o aprimoramento da sociedade deve-se trabalhar a fim de aumentar o número das pessoas esclarecidas, justas e amorosas de maneira a que suas ações preponderem sobre a dos maus.

Daí a reforma íntima não ser condição para isolamento ou alienação, mas compromisso de união com os outros que têm o mesmo ideal de amor e justiça, agindo deliberada e responsabilmente a benefício de todos.

Uma sociedade justa se reconhece por seu desenvolvimento moral. O progresso social não se mede apenas pelas invenções da ciência ou pelas comodidades materiais oferecidas em termos de vestuário e habitação, mas pelo desaparecimento dos vícios, da exploração do próprio ser humano, do egoísmo e do orgulho.

Ao analisar o progresso de duas nações, Allan Kardec assinala algumas características entre uma e outra a fim de conceituá-las como civilizadas. Para ele, civilizada é aquela onde exista menos egoísmo, menos cobiça, e menos orgulho. Onde os hábitos intelectuais e morais sobrepujam os materiais. Nessa nação haverá mais liberdade de inteligência, mais bondade, boa fé, benevolência e generosidade entre seus cidadãos. Conseqüentemente, nela existirá menos preconceitos de casta e de nascimento. As leis nenhum privilégio consagram. A justiça não será exercida com parcialidade. O fraco encontra o amparo do forte. A vida do homem, suas crenças e opiniões são devidamente respeitadas. Onde pequeno é o número

dos desgraçados e todo homem de boa vontade sabe que não lhe faltará o necessário.

É evidente que os valores anteriormente expostos se constituem em verdadeiros desafios para implantação em nossa atual sociedade. São metas do verdadeiro progresso que devem ser alcançadas pelas forças do bem.

O Espiritismo tem sua contribuição para dar, pois basta analisar seus princípios filosóficos para ver que ele propõe o que a humanidade deseja: *o reino da justiça, obstando os abusos' que impedem o progresso e a moralização das massas.*

Disseram os Espíritos: "Destruindo o materialismo, que é uma das chagas da sociedade, ele faz que os homens compreendam onde se encontram seus verdadeiros interesses. Deixando a vida futura de estar velada pela dúvida, o homem perceberá melhor que por meio do presente lhe é dado preparar o seu futuro. Abolindo os prejuízos de seitas, castas e cores, *ensina aos homens a grande solidariedade* que os há de unir como irmãos". (Questão n.º 799 do L.E.).

Ao estabelecer a fraternidade e a solidariedade entre os homens, o Espiritismo faz com que os horizontes do entendimento humano se ampliem para muito além do egoísmo e do orgulho.

Como vemos, a proposição espírita da Lei do Progresso é um intenso e profundo desafio aos espíritas para que trabalhem pelo progresso inte-

lectual e moral da humanidade. com tal objetivo devem agir sobre a sociedade humana a fim de que haja hábitos espiritualizados, desenvolvimento da inteligência, da liberdade, elaboração de leis justas a benefício de todos, amparo ao fraco para que ele não seja explorado pelo forte, respeito às crenças e opiniões, direito ao necessário a todos (bem comum).

Como fazer isso? Agindo não só no Movimento Espírita como, também, de conformidade com a vocação e aptidão de cada um, nas organizações e movimentos que, baseados em tais valores, procuram estruturar e organizar a sociedade.

ESPIRITISMO E IGUALDADE

De conformidade com o disposto na Questão n.º 803 de *O Livro dos Espíritos*, perante Deus todos os homens são iguais, pois todos tendem para o mesmo fim e Deus fez suas leis para todos.

Anos após a publicação de *O Livro dos Espíritos*, a 18 de abril de 1857, seria aprovada a Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 10 de dezembro de 1948.

Diz seu preâmbulo:

”Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz do mundo,

Artigo 1.º – Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo 2.º - (1) - Todo homem tem capacidade para gozar dos direitos e das liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua religião, opinião pública ou de outra natureza: origem nacional ou social, riqueza, nascimento qualquer outra condição.

(2) - Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território inc pendente, sob tutela, sem governo próprio, qi sujeito a qualquer outra limitação de soberania

Observamos que os conceitos estabelecidos em *O Livro dos Espíritos* foram ampla e profundamente reconhecidos pela humanidade, no mais belo texto do pensamento jurídico.

De forma concreta, essa igualdade é reconhecida, no Brasil através da Constituição da república Federativa do Brasil, com a Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 19(em seu artigo 153:

"A Constituição assegura aos brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, segurança e à propriedade, nos termos seguintes

§ 1." - Todos são iguais perante a(lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, *credo*' religião e convicções políticas."

aláade de Aptidões: Auxílio Mútuo

Embora a *igualdade natural* entre todos os seres humanos manifestada pelo Espiritismo e reconhecida hoje no plano jurídico pela humanidade, é inquestionável a desigualdade das aptidões.

Esclarecem os Espíritos que Deus criou todos os seres humanos iguais, no entanto, cada um vive há mais ou menos tempo, logo têm mais ou menos experiências. A diferença entre eles reflete justamente a diversidade dos graus de experiência que já possuem e da vontade com que ajem.

Por isso Allan Kardec considerou que a diversidade das aptidões entre os homens não se origina da natureza íntima da sua criação, porém da evolução alcançada pelos espíritos que neles tenham encarnado. Deus dotou os seres de faculdades iguais e as diferenças de aptidões servem para que espíritos com maior soma de experiências possam auxiliar o progresso daqueles que ainda têm menor quantidade de experiências, estabelecendo, assim, o fundamento da caridade que a todos deve unir.

Desigualdade Social: obra do Homem

A questão n.º 806 da já citada obra explica que a desigualdade das condições sociais não é lei da Natureza. "É obra do homem e não de Deus".

Conseqüentemente, o espírita não deve compactuar com toda situação que promova a desigualdade entre os homens: a riqueza e a pobreza o luxo e a miséria, o elitismo intelectual e a ignorância. Deve lutar contra o egoísmo e o orgulho identificando os múltiplos disfarces com que eles se apresentam. Apoiará os movimentos que objetivem a igualdade dos direitos humanos, reconhecendo apenas como válida a desigualdade pelo merecimento decorrente do grau de aprimoramento intelectual e espiritual.

Advertiram os Espíritos na questão n.º 80' de *O Livro dos Espíritos*: "Merecem anátema! A deles!" ("os que abusam da superioridade de suas posições sociais para, em proveito próprio, *oprimir os fracos*"). Alertam, ainda, que se eles escaparem da justiça humana, aguarda-os a Justiça Divina, pois serão, por sua vez, oprimidos e reencarnarão em uma existência em que sofrerão tudo aquilo que fizeram os outros sofrerem.

O Espiritismo brada veemente contra a *opressão social*, demonstrando a necessidade de se agir por um mundo de Amor e Justiça.

Bem-Estar para Todos

Para a Doutrina Espírita, a desigualdade das riquezas pode se originar na desigualdade das faculdades, como também pode ser fruto da velhacaria e do roubo.

Mesmo a riqueza herdada, nem sempre tem uma origem pura. Pode ter surgido da espoliação ou da injustiça. Além do mais, ainda que a origem seja boa, a cobiça da riqueza e o desejo de possuí-la o mais depressa possível, em detrimento dos outros, não são sentimentos louváveis

Considerando a diversidade das faculdades intelectuais e os caracteres, não é possível a igualdade absoluta das riquezas, no entanto, isso não é impedimento à igualdade de bem-estar.

Na conceituação espírita, o bem-estar é relativo e todos poderiam desfrutá-lo se houvesse um entendimento conveniente, pois o verdadeiro bemestar existe quando a pessoa pode aplicar seu tempo conforme sua vontade. Assim, ninguém executaria um trabalho para o qual não tem gosto. Como as aptidões e vocações são diferentes, nenhum trabalho ficaria sem ser feito.

Se a igualdade das riquezas não é possível, *possível é o bem-estar*. Logo, é importante que cada ser humano tenha as condições mínimas para desenvolver suas potencialidades. Precisa ter alimento, abrigo, saúde, educação e lazer. Poderá, então, atingir o mais elevado grau de

bem-estar que os Espíritos propuseram: a possibilidade de cada um empregar seu tempo (sua disponibilidade de vida), como lhe apraza.

Isso não será possível enquanto grande parte das pessoas estiver submetida à opressão, à exploração, à injustiça dos que desejam manter ou possuir a riqueza o mais depressa possível.

A riqueza, sob o aspecto ético ou moral, jamais deverá originar, manter ou estimular a exploração do homem pelo homem.

Diz o Espiritismo: "Os homens se entenderão quando *praticarem a lei da justiça*". E isso será possível quando os direitos humanos forem devidamente respeitados pelas sociedades políticas em que o homem vive.

É verdade que, muitas vezes, a pessoa cai na miséria por sua própria culpa, no entanto, a sociedade tem responsabilidade, pois ela deve velar pela educação moral de seus membros e, quase sempre, é a má educação que lhe falseia o critério ao invés de oferecer meios educacionais para remover suas más tendências.

Portanto, a influência do meio social é muito grande sobre as pessoas impondo-lhes critérios e valores materialistas ou espiritualistas, refletindo orgulho e egoísmo ou amor e justiça, conforme a direção que tenha tal sociedade.

No atual estágio de evolução espiritual, a

riqueza, o poder e a miséria constituem provas pelas quais os espíritos experimentam-se.

A miséria pode gerar a revolta, a dependência, a indolência facilita a iniciação nos vícios, na prostituição e na delinqüência. A riqueza incita a todos os excessos, torna o homem egoísta, orgulhoso, insaciável, explorador, facilitando também a dependência aos vícios.

Portanto, a justiça deve exercer sua tutela a fim de *cada um tenha o que é seu direito*.

Não se pode, desta forma, justificar com os conceitos espíritas a miséria como sendo apenas prova ou expiação de espíritos que foram ricos e poderosos no passado.

A própria evidência sociológica demonstra o absurdo de tal generalização. O orgulho e o egoísmo de homens e instituições é que têm ditado a miséria e a pobreza sobre a face da terra.

Alguns espíritos que fracassaram na prova da riqueza podem ter escolhido a expiação da pobreza para se reeducarem, como alguns espíritos podem ter escolhido a provação da riqueza para exercitar suas aquisições no campo do amor, da justiça e da humildade.

A miséria sempre foi muito maior do que a riqueza, em todos os tempos vividos pela humanidade, até a presente época. Os ricos têm sido minoria e os pobres maioria, numa grande desproporção.

Isso não permite pensar logicamente numa inversão tão simplista como querem alguns: "O pobre de hoje é o rico de ontem". Trata-se de uma acomodação injusta diante de uma sociedade dirigida, ainda, pelo egoísmo e pelo orgulho. Acomodação que deturpa o sentido da reencarnação, conforme o conceito que lhe é dado pelo Espiritismo.

ESPIRITISMO E LIBERDADE

Para o Espiritismo, o homem não goza de absoluta liberdade quando vivendo em sociedade, porque uns precisam dos outros.

Estando juntos, ainda que dois homens, haverá entre eles *direitos recíprocos* que lhes cumpre respeitar.

Também a Doutrina Espírita condena o domínio de um homem pelo outro, por entender contrária à Lei de Deus a sujeição de uma pessoa pela outra. Alerta que a escravidão é um abuso da força e tende a desaparecer com o progresso.

O progresso tem-se feito e atualmente a escravidão está quase abolida sobre a face do planeta. Contudo, há formas mais sutis de escravidão: o despotismo no lar, a exploração do trabalho humano, o aviltamento do salário do trabalhador, a sonegação dos direitos trabalhistas (inclusive à empregada doméstica).

A liberdade depende da fraternidade e da

igualdade. Onde houver uma convivência fraterna, exteriorizada em amor e respeito, acatando-se o direito do próximo, haverá a prática da justiça e conseqüentemente existirá liberdade.

O egoísmo, que tudo quer para si, e o orgulho, a expressar o desejo de domínio, são inimigos da liberdade.

Allan Kardec comenta: "A liberdade pressupõe confiança mútua. Ora, não pode haver confiança entre pessoas dominadas pelo sentimento exclusivista da personalidade. Não podendo cada uma satisfazer-se a si própria senão à custa de outrem, todas estarão constantemente em guerra umas com as outras. Sempre receosas de perder o que chamam seus direitos, a dominação constitui a condição mesma da existência de todas que armarão continuamente ciladas à liberdade e a coarctarão quanto puderem." In 'Póstumas, Cap. Liberdade, Igualdade e Fraternidade).

Observamos como é importante desenvolver a liberdade nas formas individual e coletivas ela implica em condição de crescimento da vida. Por outro lado, dois grandes obstáculos impedem o exercício da liberdade: o egoísmo e o orgulho.

O espírita deve combater o orgulho e o egoísmo em si mesmo e na sociedade em que vive.

A liberdade não se confunde com devassidão que solta as rédeas dos instintos.

É importante para o homem o desenvolvimento de sua capacidade de pensar, pois é através dela que ele poderá conhecer-se a si mesmo e ao mundo em que vive. Pelo pensamento o homem desfruta de liberdade ilimitada, o que deverá ajudá-lo nesse conhecimento. Esse entendimento deve amparar-lhe a ação no sentido de, através da liberdade, desenvolver a fraternidade, a igualdade, a justiça e o amor.

Consoante instrução do Espiritismo, não se reconhece a ninguém o direito de pôr embaraços à liberdade de consciência.

Alerta, ainda, que constringer os homens a procederem em desacordo com a sua maneira de pensar, é torná-los hipócritas.

A liberdade de consciência é uma característica da civilização em seu mais avançado estágio *de* progresso.

Todavia, é evidente que uma sociedade para manter o equilíbrio, a harmonia, e o bem-estar precisa estabelecer normas, leis e regulamentos portadores de sanções. A título de respeitar a liberdade de consciência não vai-se admitir a propagação de idéias e doutrinas prejudiciais à sociedade. Nada se lhes deve opor através da violência e da força, mas através dos princípios de direito.

Para o Espiritismo, os meios fazem parte dos fins; não se pode pretender o amor, a justiça, a liberdade, agindo por meios violentos, odiosos, injustos e coativos.

Esse conceito de liberdade deve levar o espírita à ação para implantar o bem na sociedade em que vive para que o mal gradativamente desapareça. Para isso é preciso atuar conscientemente, com amor e determinação.

É de se analisar, também, em termos de liberdade que grande parte das pessoas acha-se submetida à pressão do meio social, às regras e costumes.

Muitas pessoas assumem vícios porque querem agradar à maioria com quem convivem. Geralmente levado pela pressão do grupo e a necessidade de sentir-se aceito, o jovem começa a fumar, a ingerir bebidas alcoólicas e até a usar os tóxicos. Nestes casos torna-se evidente a necessidade de romper com a pressão social.

É verdade que muitas vezes os costumes sociais impelem o homem de seguir um caminho que essencialmente não é bom para ele, embora se submeta pelo chamado respeito humano. Contudo, desde que haja uma adesão livre, pelo menos em termos de opção, a pessoa assume a responsabilidade de seus atos perante as leis de Deus e arcará com as conseqüências por suas infrações.

Conclui-se, pois, que a própria convivência

do homem em sociedade impõe-lhe limites à liberdade. Tal relacionamento atribui-lhe direitos e impõe deveres.

Portanto, a liberdade não pode ser confundida com a irresponsabilidade.

Por outro lado, não são justas e cristãs as organizações sociais que tolhem a liberdade de desenvolvimento do homem.

A JUSTIÇA, O AMOR E A CARIDADE NA FILOSOFIA ESPÍRITA

'O *Livro dos Espíritos* há a informação de que o sentimento da justiça está na natureza, pois o homem se revolta à simples idéia de uma injustiça.

O progresso moral desenvolve esse sentimento, mas ele existe em estado latente ou rudimentar nos seres humanos, dependendo do estágio evolutivo que já alcançaram. É por isso que, mesmo em pessoas simples e não intelectualizadas muitas vezes se encontram noções claras sobre a justiça.

Para o Espiritismo, justiça é: *cada um respeitar os direitos dos demais*. Também para ele, duas coisas determinam tais direitos, a lei humana e a lei natural. Esclarece, no entanto, que as leis humanas são formuladas de conformidade com os costumes e caracteres de uma determinada época e sociedade, por isso são mutáveis. Essas leis regulam algumas relações sociais, ao passo

que a lei natural rege até mesmo o que ocorre no foro da consciência de cada um.

A Doutrina Espírita declara que a base da justiça, segundo a lei natural, está consolidada na afirmação do Cristo: queira cada um para os outros o que quereria para si mesmo.

O mais amplo sentido da justiça está insculpido na consciência humana que impulsiona o ser humano a defender seus direitos, como também a respeitar o direito alheio.

Ao ficar em dúvida quanto à maneira de agir para não ser injusto com seu próximo, o homem deve auscultar a própria consciência e indagar-se se gostaria que agissem com ele da mesma forma.

Para Allan Kardec, em todos os tempos e sob a orientação de todas as crenças, o homem sempre se esforçou a fim de que prevalecesse o seu direito pessoal. No entanto, a religião cristã tomou o direito pessoal por base do direito do próximo.

Portanto, o exercício da justiça não exige do homem a cultura jurídica ou a formação acadêmica; basta consultar sua consciência se o que ele deseja para os outros é o que desejaria para si mesmo. Aplicando tal postulado, facilmente se implantaria a justiça sobre a face da Terra e o amor seria o clima normal do relacionamento humano.

Por isso o espírita deve estar atento para a prática de tal preceito, como também colaborar para sua divulgação junto à sociedade em que vive, pelos meios que lhe sejam possíveis.

Vale ressaltar que o relacionamento social traz para o homem determinadas obrigações sendo que umas das primeiras é a de respeitar os direitos de seus semelhantes. Quem respeita esses direitos procede com justiça. É justamente pela falta de justiça que há confusão e perturbação na sociedade humana.

Dentre os direitos de que o ser humano dispõe destaca o Espiritismo que o primeiro de todos é o *direito de viver*. Isto está fundamentado na resposta à Questão n.º 880 de *O Livro dos Espíritos*: "Por isso é que ninguém tem o direito de atentar contra a vida de seu semelhante, nem fazer o que quer que possa comprometer-lhe a existência corporal".

Compreende-se que as afirmações "atentar contra a vida" e "comprometer-lhe a existência" são muito amplas, envolvendo tudo aquilo que seja prejudicial à vida humana física e espiritual. Toda ação que atente contra a vida não deve ser praticada pelo espírita, bem como a esse tipo de ação ele deverá se opor, onde observe sua manifestação.

Também o direito de propriedade tem uma influência muito grande na sociedade humana.

Procurando a correspondência entre o direito de viver e o direito de propriedade, o Espiritismo propõe: o homem tem o direito de acumular bens, mas deve fazê-lo em família, como abelha, por meio de um trabalho honesto. Deve-se atentar que acumular bens em família implica em restringir bastante o sentido de propriedade, pois em família não se pode gerir grandes propriedades e muito menos impérios econômicos.

Conseqüentemente, a acumulação de bens não deve abarcar o supérfluo, nem ser produto da ação egoísta (exploração do próximo) e o trabalho, gerador dos bens, deve ser honesto.

Afirma o Espiritismo que: "Propriedade legítima só é a que foi adquirida sem prejuízo de outrem". Em seu comentário, diz Allan Kardec: "Proibindo-nos que façamos aos outros o que não desejáramos que nos fizessem, a lei do amor e da justiça nos proíbe, *ipso jacto*, a aquisição de bens por quaisquer meios que lhe sejam contrários". De outra parte, a Doutrina Espírita não acolhe como ilimitado o direito de propriedade. Submete esse direito à legitimidade e à justiça. Alega que a legislação humana é imperfeita e consagra muitos direitos convencionais que a lei natural de justiça reprova, por isso essa legislação está em constante modificação.

com essa visão, sobre o direito de proprie-
80

dade, o espírita deve estar atento, a fim de que não seja injusto e egoísta no mundo em que vive.

Verdadeiro Sentido da Caridade

”Qual o verdadeiro sentido da palavra caridade, como a entendia Jesus?”

– Benevolência para com todos, indulgência para as imperfeições dos outros, perdão das ofensas.” (Questão n.º 886 do L. E.).

O Espírita nos diz que o *amor e a caridade completam a lei da justiça*, pois quando amamos o próximo desejamos fazer-lhe todo o bem que nos seja possível, da mesma forma como gostaríamos que nos fosse feito. Sob tal enfoque, afirmou Jesus: “Amai-vos uns aos outros”.

Segundo Jesus, a caridade não se restringe à esmola, ela abrange todo o relacionamento humano.

É de se ver a amplitude que, assim, assume a caridade, impondo para seu aparecimento o exercício da lei de justiça.

Depreende-se, pois, que *sem justiça não há caridade*.

Na Questão n.º 888 de *O Livro dos Espíritos* encontramos: “Condenando-se a pedir esmola, o homem se degrada física e moralmente: embrutece-se. Uma *sociedade que se baseie na Lei de Deus e na justiça* deve prover à vida do fraco,

sem que haja para ele humilhação. Deve *assegurar a existência dos que não podem trabalhar,*

sem lhes deixar a vida a mercê do acaso e boa vontade de alguns”, (g. n.)

Ressalta, assim, aos espíritas a imperiosidade de trabalhar para que a sociedade se baseie, cada vez mais na lei de Deus e na justiça, a fim de que o direito à vida, à dignidade e ao respeito humano seja reconhecido a todos indistintamente.

É indispensável que, embasado nos princípios espíritas, trabalhe-se para remover as causas geradoras da miséria, da ignorância e dos vícios.

Alertam os Espíritos que mesmo os que mendigam por própria culpa, poderiam não ter caído em excessos causadores de sua perdição se houvessem recebido uma boa educação moral.

O APRIMORAMENTO DO SER HUMANO NA ÉTICA ESPÍRITA

Sendo uma Doutrina Evolucionista, o Espiritismo revela a necessidade do aprimoramento do homem como condição indispensável à sua própria felicidade. Este aprimoramento tange tanto à parte intelectual quanto à moral.

Se o homem vem se desenvolvendo de forma admirável quanto à inteligência, o mesmo não está acontecendo quanto ao sentimento. Por isso, parece válido que se preocupe com os meios pelos quais o ser humano possa acelerar seu aprimoramento moral. Os empecilhos a essa marcha ascensional são os vícios.

Segundo o Espiritismo, o pior desses vícios é o egoísmo. Dele derivam todos os males, pois como base deles sempre se encontra o egoísmo. Portanto, é muito importante que se procure combatê-lo em suas causas, e a principal é a pessoa colocar-se como o centro da vida, querendo que tudo o mais gire em torno dela.

O egoísmo expressando-se através de uma

pessoa, ou de grupos de pessoas, é o sentimento centralizador do interesse próprio em detrimento dos outros.

O egoísta coloca-se como centro da vida e do universo. As coisas e os seres devem estar em função dele. Seus interesses prevalecem sobre os demais. A pessoa egoísta não reconhece a igualdade, a justiça, a liberdade e o amor; para satisfazer-se não titubeia em tripudiar sobre o direito do próximo.

No entanto, o egoísmo não é um mal individual, embora profundamente alicerçado no interesse pessoal.

Preocupado com seu enquistamento no ser humano, perquiriu Allan Kardec: "Fundando-se o egoísmo no sentimento do interesse pessoal, bem difícil parece extirpá-lo no coração humano. Chegar-se-á a consegui-lo?"

- À medida que os homens se instruem acerca das coisas espirituais, menos valor dão às coisas materiais. Depois, *necessário é que se reformem as instituições humanas* que o entretêm e excitam. *Isso depende da educação.*" (Questão n. 914 do L. E. - g.n.).

A orientação é no sentido de que a compreensão da vida espiritual liberta o homem da escravização às coisas materiais, isto é, elas deixam de ser um fim em si mesmas para se tornarem instrumentos do seu progresso espiritual. Por outro

lado, denunciam claramente a necessidade de se transformarem as instituições humanas que geram, motivam e estimulam o egoísmo.

O procedimento adequado a se intentar essa transformação é a educação no sentido amplo, ou seja, a conscientização e prática individual e coletiva dos princípios da justiça, da igualdade, da liberdade, do amor e da caridade.

Sobre as admiráveis conseqüências da superação da fase do egoísmo por parte dos homens, previram os Espíritos que eles viverão como irmãos, auxiliando-se reciprocamente expressando o sentimento de *solidariedade*. O forte será o amparo e não o opressor do fraco. Todos terão o necessário, pois praticarão a lei da justiça.

Visão do Futuro

Para que a humanidade atinja tal estágio, o Espiritismo oferece também sua contribuição.

Não há dúvida de que a visão futura apresentada constitui importante e sério desafio aos homens de boa vontade e dentre estes, aos espíritas.

O desenvolvimento da solidariedade não permitirá a existência de oprimidos, pois ela traz implícita a prática da justiça.

O Espiritismo indica como meio de destruir o egoísmo a predominância dos valores morais

sobre os interesses da vida material para o gozo individualista. No entanto, isso não é fácil, pois sua influência se prende à matéria, ou mais especificamente, ao instinto de conservação. Como o homem ainda está muito próximo de sua origem (animal), conforme a explicação evolutiva do Espiritismo, essa influência, ainda, é muito grande sobre ele. Decorrente do estágio evolutivo da parte da humanidade, as leis, a organização social, o próprio conteúdo dos programas educacionais ajudam a manter esse terrível sentimento.

O homem deseja ser feliz e para isso procura remover tudo aquilo que ele identifica como obstáculo a tal fim. O próprio progresso intelectual é resultante desse objetivo, ampliando-lhe as comodidades no lar, nas viagens, no trabalho, enfim em sua vida social. À medida em que ele identifique no egoísmo uma causa geradora da sua infelicidade individual e coletiva, ele também procurará remover esse obstáculo.

É imperioso, pois, que se combata o egoísmo, indo às causas que o geram no homem e nas instituições.

Nessa linha de raciocínio, comenta Allan Kardec: "Louváveis esforços indubitavelmente se empregam para fazer que a humanidade progrida. Os bons sentimentos são animados, estimulados e honrados mais do que em qualquer outra época. Entretanto, o egoísmo, verme

roedor, continua a ser a chaga social. É um mal real, que se alastra por todo mundo e o do qual cada homem é mais ou menos vítima. Cumpre, pois, *combatê-lo*, como se combate uma enfermidade epidêmica". (Comentário à Questão n.º 917 do L. E. – g.n.).

É evidente que nesse combate torna-se imperiosa a análise das "chagas da sociedade", ou seja, de órgãos, de instituições, organizações, sistemas econômicos e políticos que entretencem e excitam o egoísmo de forma individual ou coletiva.

Mais uma vez fica claro que o aprimoramento do ser humano não pode ser feito apenas com a auto-educação como processo de isolamento e não participação consciente dentro da sociedade.

Se há virtude no combate ao egoísmo, é preciso que esta não seja uma postura apenas de exterioridade revelando "aparências". Há virtude quando se consegue romper o egoísmo pelo *altruísmo*.

Não se confunda o "amor a si mesmo" com o egoísmo.

Aquele que ama a si mesmo tem zelo, cuidado, atenção e interesse por si mesmo; deseja o próprio crescimento espiritual, esforçando-se por desenvolver o amor e a sabedoria. Respeita o corpo físico como maravilhoso instrumento que Deus lhe concedeu para a vivência no plano físico

a fim de colher experiências que lhe são necessárias. Quem ama a si mesmo tem melhores condições de amar o próximo.

Há uma diferença fundamental entre aquele que ama a si mesmo e o egoísta. Quem ama a si mesmo procura tudo o que é útil e bom para si, sem prejuízo do seu próximo; o egoísta coloca-se como o centro da vida e busca tudo para si, mesmo em *detrimento dos direitos do próximo*.

A AÇÃO SOCIAL ESPÍRITA

Por todos os conceitos e princípios contidos em *O Livro dos Espíritos*, até aqui analisados, observamos quanto essas idéias regeneradoras tocam a sociedade humana em sua estrutura, organização e funcionamento. Conceitos que em todas as circunstâncias e situações concretizam a aplicação da *verdade, da justiça e do amor*.

Há, pois, uma inequívoca contribuição Política, sob o aspecto filosófico que o Espiritismo oferece à sociedade humana, a fim de que ela se estruture, organize e funcione em termos de verdade, justiça e amor. Disseram os Espíritos: "Quando *bem compreendido*, se houver identificado com os costumes e as crenças, o *Espiritismo transformará os hábitos, os usos, as relações sociais*". (Questão n.º 9.17 do L. E. – g. n.).

Preocupado com a possível felicidade humana, Allan Kardec questionou: "A felicidade terrestre é relativa à posição de cada um. O que basta para a felicidade de um, constitui a des-

graça de outro. Haverá, contudo, alguma soma de felicidade comum a todos os homens?" A resposta dada pelos Espíritos, em sua primorosa síntese, encerra não só lúcido esclarecimento, como um grande desafio à efetiva participação dos espíritas para promoção da felicidade, ao afirmarem: "com relação à vida material é a *posse do necessário*. com relação à vida moral, a *consciência tranqüila e a fé no futuro*". (G. n. Questão n.º 922 do L. E.).

Ampliando esclarecimentos na Questão n.º 927 da mesma obra, aditaram: "Verdadeiramente infeliz o homem só o é quando sofre da falta do necessário à vida e à saúde do corpo".

É de se entender, então, que o espírita tem unir ação social, pois deve estar atento à prática da justiça e do amor a fim de que todos tenham a posse do necessário e a saúde do corpo, o que necessariamente implica em propugnar para que todos tenham alimentação adequada, vestuário, habitação, educação, assistência médica, remédio, educação sanitária e até mesmo lazer.

Advertiram os Espíritos na Questão n.º 930 do livro em estudo: "Numa sociedade organizada segundo a lei do Cristo, ninguém deve morrer de fome". Adita Allan Kardec: "com uma organização social criteriosa e previdente, ao homem só por sua culpa pode faltar o necessário. Porém, suas próprias faltas são freqüentemente

resultado do meio onde se acha colocado. Quando praticar a lei de Deus, terá uma ordem social fundada na justiça e na solidariedade e ele próprio também será melhor”.

Em *A Gênese*, também de Allan Kardec, encontramos no capítulo XVIII, itens 24 e 25: "A nova geração marchará, pois, para a realização de todas as idéias humanitárias compatíveis com o grau de adiantamento a que houver chegado. Avançando para o mesmo alvo e realizando seus objetivos, o Espiritismo se encontrará com ela no mesmo terreno. Aos homens progressistas se deparará nas idéias espíritas poderosas alavancas e o Espiritismo achará, nos novos homens, espírito inteiramente dispostos a acolhê-lo. Dado esse estado de coisas, que poderão fazer os que entendam de opor-se-lhe?

O Espiritismo não cria a *renovação social*; a madureza da humanidade é que fará dessa renovação uma necessidade. Pelo seu poder moralizador, por suas tendências progressistas, pela amplitude de suas vistas, pela generalidade das questões que abrange, o Espiritismo é *mais apto*, do que qualquer outra doutrina, a *secundar o movimento de regeneração*; por isso é ele contemporâneo desse movimento. Surgiu na hora em que podia ser de utilidade, visto que também para ele os tempos são chegados”. (g. n.)

Atuação dos Bons

Portanto, o espírita deve estar atento na concretização da Doutrina Espírita na sociedade, apesar dos obstáculos e dificuldades semeados pelo egoísmo e pelo orgulho de pessoas e grupos. No entanto, o próprio Espiritismo demonstra a possibilidade e a eficácia dessa ação, conforme preconiza seu codificador: "Digamos, antes de tudo, que os bons, na Terra, não são absolutamente tão raros como se julga; que os maus são numerosos, é infelizmente verdade; o que, porém, faz eles parecerem ainda mais numerosos é que tem mais audácia e sentem que essa audácia lhes é indispensável ao bom êxito. De tal modo, entretanto, compreendem a preponderância do bem, que, não podendo praticá-lo, com ele se mascaram. Os bons, ao contrário, não fazem alarde das suas boas qualidades; não se põem em evidencia, donde o parecerem tão pouco numerosos. Pesquisai, no entanto, os atos íntimos praticados sem ostentação e, em todas as camadas sociais, deparareis com criaturas de natureza boa e leal em número bastante a vos tranquilizar o coração, de maneira a não desesperardes da humanidade. Depois, cumpre também dizê-lo, entre os maus, muitos há que apenas o são por arrastamento e que se *tornariam bons*, desde que *submetidos a uma influência boa*. Admitamos que, em 100

divíduos, haja 25 bons e 75 maus; destes últimos, 50 se contam que o são por fraqueza e que seriam bons, se observassem bons exemplos e, sobretudo, se tivessem sido bem encaminhados desde a infância; dos 25 maus, nem todos serão incorrigíveis.

No estado atual das coisas, os maus estão em maioria e ditam a lei aos bons. Suponhamos que uma circunstância qualquer opere a conversão de 50 por cento deles: os bons ficarão em maioria e a seu turno ditarão a lei; dos 25 outros francamente maus, muitos sofrerão a influência daqueles, restando apenas alguns incorrigíveis sem preponderância". (*Obras Póstumas*, Allan Kardec, cap. As Aristocracias – g. n.).

Constatamos, nesse trecho, a imperiosidade da participação dos bons na organização da sociedade em bases de justiça e amor. Também está claro a importância da influência do "meio ambiente" sobre a maioria e como a melhoria da sociedade está ligada preponderantemente à ação social eficaz dos bons. Por íntima necessidade, o espírita a estes deverá estar ligado.

Porém, como arguto pensador, indagou Allan Kardec: "Por que, no mundo, tão amiúde, a influência dos maus sobrepuja a dos bons? A resposta foi precisa e franca: "Por fraqueza destes. Os maus são intrigantes e audaciosos, os *bons são tímidos*. Quando estes o quiserem, prepondera-

rão". (Questão n.º 932 do L. E. – g. n.). Juntamente com outros bons os *espíritas devem querer exercer influências que sobrepujem a dos*

maus.

Portanto, o espírita tem que participar e influenciar na sociedade em que vive, procurando levar às instituições que a estruturam os valores e normas do Espiritismo. Isso é uma *participação política*. Não pode preocupar-se apenas com a reforma íntima, isolando-se em um "oásias de indiferentismo" pela sociedade em que vive. É verdade que essa ação política conflitará com os interesses dos egoístas e orgulhosos, individualmente ou em grupos.

Assim, essa ação política deve objetivar o bem comum. Aqueles que pretendem o bem não podem se omitir e essa participação liga-se profundamente com a caridade, pois amar é querer

o bem.

Destarte, a expressão política do amor é querer fazer o bem para todos.

A participação do espírita, inclusive do jovem, no processo político, social, cultural e econômico deve ser consciente e responsável, tendo como diretriz os princípios e normas contidas em *O Livro dos Espíritos*.

Sabemos que é preciso agir contra o egoísmo e o orgulho que se instalam em pessoas e grupos

e se constituem nas raízes dos males que, eticamente, ainda afligem a humanidade.

Perquiria Allan Kardec: "Será possível a destruição do orgulho e do egoísmo?" Responderemos alto e terminantemente: SIM. Do contrário, forçoso seria determinar um ponto de parada ao progresso da humanidade. Que o homem cresce em inteligência, é fato incontestável; terá ele chegado ao ponto culminante, além do qual não possa ir? Quem ousaria sustentar tão absurda tese? Progredir ele em moralidade? Para responder a esta questão, basta se comparem as épocas de um mesmo país. Por que teria ele atingido o limite do progresso moral e não o do progresso intelectual? Sua aspiração por uma melhor ordem de coisas é indício da possibilidade de alcançá-la. Aos que são *progressistas cabe acelerar esse movimento* por meio do *estudo e da utilização* dos meios mais eficientes, (*in Obras Póstumas, Allan Kardec, Cap. Liberdade, Igualdade, Fraternidade – último parágrafo*).

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DO ESPÍRITA

Desta análise sintética dos princípios e fundamentos do Espiritismo, com base em *O Livro dos Espíritos*, e suas correlações com a Filosofia, Sociologia e Política e a visão de que o homem no mundo "é um ser social e conseqüentemente, uns ser político", concluímos:

COMO O ESPÍRITA NÃO DEVE ATUAR NA POLÍTICA:

- 1.1. levar a política partidária para dentro do Centro, das Entidades ou do Movimento Espírita;
- 1.2. utilizar-se de médiuns e dirigentes espíritas para apoiar políticos partidários candidatos a cargos eletivos aos Poderes Executivos e Legislativo;
- 1.3. catar votos para políticos que, às vezes, dão alguma "verbinha" para asilos, creche? e hospitais, mas cuja conduta política não se afina com os princípios éticos ou morais do Espiritismo;

1.4. apoiar políticos que se dizem espíritas ou cristãos, mas aprovam as injustiças, as barganhas, a "politicagem" (usar a política partidária para interesses egoísticos pessoais ou de grupos a que se ligam);

1.5. participar da política partidária apenas por interesse pessoal, para melhorar a sua vida e de sua família, divorciado em sua militância político-partidária dos princípios e normas da Filosofia Espírita;

2. COMO O ESPÍRITA DEVE ATUAR NA POLÍTICA:

2.1. O espírita pode e deve estudar e reflexionar sobre os princípios político-filosófico-espíritas no Centro Espírita, pois eles estão contidos em *O Livro dos Espíritos*, Parte Terceira, das Leis Morais;

2.2. através da análise, do estudo e da reflexão das normas e princípios acima referidos, o espírita deve identificar o egoísmo, o orgulho e a injustiça nas instituições humanas, denunciando-as e agindo para que elas desapareçam da sociedade humana;

2.3. confrontar os fundamentos morais objetivos do Espiritismo com os fundamentos morais e objetivos dos partidos políticos, verificando de forma coerente qual ou quais deve apoiar e até mesmo participar como membro atuante, se tiver vocação para tal;

2.4. participar de organizações e movimentos que propugnem pela Justiça, pelo Amor, pelo progresso intelectual, moral e físico das pessoas. Exemplo: clubes de serviços, sindicato, associações de classe, diretório acadêmico, movimentos de respeito e defesa dos direitos humanos, etc.;

2.5. fazer do voto um elevado testemunho de amor ao próximo;

Considerando que a sociedade humana é *dirigida* por políticos que saem das agremiações partidárias e suas influências podem ajudar ou atrasar a evolução mtelecto-moral da humanidade, o voto, realmente, é uma forma de exprimir o amor ao próximo e à coletividade.

Deve, pois, analisar se a conduta do candidato político-partidário tem maior ou menor relação com os princípios morais e políticos (aspecto filosófico) do Espiritismo;

2.6. participar da agremiação partidária, se tiver vocação para tal, sabendo, no entanto, da responsabilidade que assume nesse campo, já que sua militância deve sempre estar voltada para o interesse do ser humano, em seus aspectos social e espiritual. Para isso, sua ação política deverá estar em harmonia com os valores éticos (morais) do Espiritismo que, em última análise, são fundamentalmente os mesmos do Cristianismo;

2 7. participar conscientemente da ação política na sociedade, sem relegar o estudo e a reflexão do Espiritismo a plano secundário. Pelo contrário, o estudo e a reflexão dos temas espíritas deverão levá-lo a permanente participação, objetivando a aplicação concreta do Amor e da Justiça ao ser humano, seja individual ou coletivamente.

BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS

1. KARDEC, Allan.

tradução de Guillon Ribeiro.

Federação Espírita Brasileira.

Capítulo 1: Questões *Capítulo 2:* Questões

Capítulo 3:

Capítulo 4:

Capítulo 5:

Capítulo 6:

Capítulo 7:

Capítulo 8:

Capítulo 9:

Capítulo 10:

Capítulo 11:

Questões Questões Questões

Questões Questões

Questões Questões

Questões Questões

O Livro dos Espíritos, tra-
28.a ed. Editora Federação

n.ºs 768 e 779

n.ºs 640, 654, 660, 657 e

919

n.ºs 674, 676 e 680 a 685 n.ºs 692 a 698 e 701 n.ºs 702 a
707, 711, 716 a

719 e 726 n.ºs 728 e 729, 735, 741,

743 e 746 n.ºs 766, 770, 771, 774 e

775

n.ºs 776, 779 a 783 n.ºs 803 a 808, 811 a 813,

815 e 816 n.ºs 825, 829, 833, 836,

837, 841, 860 e 863 n.°s 873, 875 a 877, 880,
881, 884, 886, 888
e 889

Capítulo 12: Questões n.ºs 893, 913 a 917 *Capítulo 13:*
Questões n.ºs 917, 922, 927 930 e

932

2. KARDEC, Allan. *A Gênese*, tradução de Guillon Ribeiro.
14.a ed. Editora Federação Espírita Brasileira.

Capítulo 1: Capítulo XVIII, itens 18 e 19, 24, 25

e 28 *Capítulo 13:* Capítulo XVIII, itens 24 e 25

3. KARDEC, Allan. *Obras Póstumas*, tradução de Guillon Ribeiro, 12.a ed. Editora Federação Espírita Brasileira.

Capítulo 8: 1.a Parte – Cap. Questões e Problemas

Capítulo 10: 1.a Parte – Cap. Liberdade, Igualdade e Fraternidade

Capítulo 13: 1.a Parte – Cap. As Aristocracias I .a Parte – Cap. Liberdade, Igualdade e Fraternidade

4. ROSSETINI PAIVA, Maria Eny. *Religião e Atitudes Psicológicas* – Monografia.

Capítulo 2:

5. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Capítulo 9: Artigo 153.

101

«т**

Outras edições DICESP

Livros:

- "A Mulher na Dimensão Espírita", de Jaci Régis, Marlene Rossi S. Nobre e Nancy Puhlmann di Girolamo
- "Amor, Casamento & Família", de Jaci Régis
- "Comportamento Espírita", de Jaci Régis, em Português e Espanhol
- "Pesquisa sobre o Amor", de J. Herculano Pires
- "Do Homem e do Mundo", de Jaci Régis
- "O Poder e o Pensamento Espírita", excerto de "Espiritismo e Unificação".

Jornal

- "Espiritismo e Unificação" – mensal Clube do Livro Espírita – Uma obra por mês